

# Carreira Docente em Debate



Adusp  
agosto de 2009

## **APRESENTAÇÃO**

Em 4/3/09, o Conselho Universitário da USP (Co) aprovou, em votação tumultuada, marcada por irregularidades, a introdução de alterações na carreira docente. Foram criadas subdivisões nos níveis de professor doutor e professor associado. Adotou-se, deste modo, a progressão horizontal na carreira, a qual implica também uma nova sistemática de remuneração.

A Adusp tomou, no plano administrativo e no plano judicial, todas as iniciativas que se fizeram necessárias para sustar o que se afigurou, para expressiva parcela da categoria (basta lembrar do abaixo-assinado entregue à Reitoria, firmado por mais de 600 docentes), como uma reforma implantada de modo abrupto e à revelia das mais tímidas exigências democráticas. Foi preciso agir com rapidez para responder às medidas tomadas pelo Co com pressa tão inexplicável.

Consideramos, porém, que é preciso reabrir o debate sobre a carreira docente. Ou inaugurá-lo, melhor dizendo, pois o que a Comissão de Reforma do Co conduziu foi um arremedo de debate. É o que pretendemos, com esta modesta publicação: incentivar a discussão sobre o assunto, fornecendo alguns subsídios que, imaginamos, podem ser proveitosos.

As páginas a seguir trazem, em primeiro lugar, uma avaliação do atual processo de reforma. Seguem-se uma retrospectiva histórica da evolução da carreira em nossa Universidade e a opinião de dez professores de diversas unidades, a partir de questões por nós encaminhadas.

Esperamos que este esforço contribua para mobilizar os docentes em torno desse tema que, acreditamos, longe de ser algo isolado e de interesse estritamente profissional, relaciona-se fortemente a outras questões, como a concepção de docência e o projeto de Universidade.

*Diretoria da Adusp*  
Agosto de 2009

## Associação dos Docentes da USP

### Diretoria 2009-2011

Presidente	João Zanetic (IF)
1ª Vice-Presidente	Suzana Salém Vasconcelos (IF)
2ª Vice-Presidente	Elisabetta Antonietta R. M. C. Santoro (FFLCH)
1ª Secretária	Heloísa Borsari (IME)
2ª Secretária	Maria de Fátima Simões Francisco (FE)
1º Tesoureiro	Marcelo Luiz Martins Pompêo (IB)
2º Tesoureiro	Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior (EP)
Diretor Regional de Piracicaba	Demóstenes Ferreira da Silva Filho (ESALQ)
Diretor Regional de Pirassununga	Andrés Vercik (FZEA)
Diretor Regional de São Carlos	Francisco Arthur da Silva Vecchia (EESC)

### Equipe de jornalismo

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar  
Estagiária: Tatiane Klein  
Ilustração: Maringoni  
Fotos: Daniel Garcia

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374  
CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo-SP  
Internet: [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br) • E-mail: [secretaria@adusp.org.br](mailto:secretaria@adusp.org.br)  
Telefones: (011) 3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

## POR QUE TANTA PRESSÃO?

Qual a importância da carreira docente para a Universidade? Que papel tem no cotidiano dos professores? Sua existência é essencial para que a Universidade desempenhe bem suas funções de produção e transmissão do saber? Pensando em propostas de alteração da carreira docente, estas são apenas algumas das questões que julgamos fundamentais.

O atual processo de mudança da carreira, promovido pela Reitoria, é parte de uma reforma do Estatuto da USP, que teve início em 2006 e vem sendo conduzida de forma fragmentada, impossibilitando uma reflexão mais aprofundada. Consideramos, ao contrário, que qualquer alteração na carreira deveria explicitar qual projeto de Universidade pretende refletir e estimular; deveria estar baseada em argumentos de natureza acadêmica; deveria desvincular carreira de estrutura de poder.

### **Nada disso está ocorrendo na presente reforma. Vejamos.**

Em outubro de 2008, a Comissão Especial do Conselho Universitário (Co) para reforma da carreira apresentou a proposta de criação de níveis horizontais, que desde o primeiro momento suscitou dúvidas e questionamentos. O *Informativo Adusp* 269 (13/10/2008) publicou um artigo sobre esse tema, no qual já era criticada a lógica produtivista que subjaz à proposta. Além disso, ressaltou-se que pareciam definitivamente descartados a criação do “professor pleno”, o ressurgimento do professor adjunto e a possibilidade de iniciar a carreira nos níveis de auxiliar de ensino e assistente.

Em dezembro desse mesmo ano a proposta da Comissão foi apresentada em reunião do Co e, a pedido de algumas congregações, retirada de pauta, com o compromisso de voltar à discussão em março de 2009. Em fevereiro de 2009 o *Informativo Adusp*, em suas edições 274 e 275, criticou o exíguo prazo concedido às Unidades para a discussão do assunto (31/1/2009) e, para estimular a reflexão, propôs um debate sobre a proposta, realizado no dia 19/2 com a presença dos professores João Grandino Rodas, membro da Comissão Especial; Otaviano Helene, então presidente da Adusp; e Edmundo Fernando Dias, diretor da Adunicamp. O professor Rodas explicou que a idéia da reforma seria diminuir as diferenças salariais entre doutores, associados e titulares, enquanto os outros dois debatedores evidenciaram fragilidades e inconsistências da proposta.

### Exatos 76 votos

Mas havia pressa, muita pressa. Poucos dias depois, na reunião do Co de 4/3/2009, com o mínimo de votos necessários para uma reforma de Estatuto (76 votos), foi aprovada a proposta de reforma na carreira, que introduzia níveis de progressão horizontal para professores doutores e associados. A Resolução 5.529 publicada com base nessa decisão do Co afirmava, contudo, que a reforma só entraria em vigor quando fossem aprovados os critérios de progressão na carreira ainda não estabelecidos. Deliberou, portanto, o Co constituir uma Comissão, que teria como tarefa explicitar os critérios para as mudanças de nível na carreira docente. Vale ressaltar que o procedimento adotado pelo Co de votar os critérios para mudança de nível depois da aprovação da mudança no Estatuto permitiria a aprovação destes por maioria, não sendo mais necessários os 2/3 de votos favoráveis.

Não bastasse a pressa, a votação no Co foi irregular: o representante dos mestres, que declarou ter votado a favor da reforma, já era doutor desde dezembro de 2007 e, conseqüentemente, havia perdido a condição de representar sua antiga categoria e não poderia ter participado daquela reunião. A partir dessa constatação, posteriormente reconhecida pela Consultoria Jurídica da USP, os questionamentos e protestos contra a decisão tomada pelo Co se intensificaram: a Adusp entrou com recurso administrativo, reivindicando a anulação da votação no Co; e, como até o início de julho ainda não havia resposta, a Assembléia da entidade deliberou que fossem impetrados um mandado de segurança coletivo e outros individuais para anular a votação do Co.

Paralelamente a essas ações, um grupo de docentes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) organizou um abaixo-assinado, que recolheu mais de 600 assinaturas, também reivindicando a anulação da votação e a ampliação da discussão. A Adusp obteve liminar favorável em um dos mandados impetrados, e mesmo aqueles que tiveram liminar negada serão ainda julgados no mérito. Enquanto isso, a Reitoria nos encaminhou um documento, no qual comunica a decisão de não submeter nosso recurso ao Co, que, portanto, não terá nem a oportunidade de reconsiderar a questão. O parecer enviado alega que, em respeito ao princípio da dita “segurança jurídica”, não seria anulada a votação do Co, embora a participação do representante dos mestres tenha sido considerada inválida. Cabe lembrar ainda que a Adusp entrou com uma Ação Cautelar, reivindi-

cando que nos seja fornecida toda a documentação referente à votação de 4/3/2009.

Ignorando todas as críticas e o fato de a matéria estar *sub judice*, a Reitoria encaminhou às Congregações e também à Adusp as duas propostas de critérios elaboradas pela Comissão do Co, estabelecendo o prazo de 31/8/2009 para encaminhamento de sugestões. Ninguém explica por que tanta pressa.

## **PROCESSO DE VOTAÇÃO DA CARREIRA NA REFORMA DO ESTATUTO DE 1988**

Este texto apresenta sinteticamente a discussão estabelecida, no final da década de 1980, sobre as diferentes propostas de carreira docente da USP. Em função do que tem ocorrido, desde o final de 2008, em torno dessa temática, são apresentados também alguns fatos relativos aos procedimentos adotados para a votação da reforma do Estatuto da universidade então ocorrida no plenário do Conselho Universitário (Co). O debate que ocorreu há pouco mais de vinte anos continua extremamente atual e poderá ser útil para a necessária reflexão em torno da carreira docente.

A reforma completa do Estatuto da USP começou a ser votada na 769ª Sessão Extraordinária do Co, no dia 23/5/1988, logo após a Comissão de Sistematização ter apresentado seu anteprojeto de Estatuto com base nos textos elaborados pelas diversas comissões temáticas, entre elas a Comissão de Carreira e Regime de Trabalho, da qual fez parte o professor João Zanetic, na qualidade de representante dos professores assistentes (MS2) no Co.

No segundo semestre de 1987, a Adusp, a Asusp e o DCE organizaram o III Congresso da USP, com participação paritária de funcionários, estudantes e docentes, que tinha como finalidade central debater a concepção de Universidade e, a partir dela, elaborar um anteprojeto de Estatuto da USP. Das propostas do III Congresso emanaram emendas a quase todos os artigos do anteprojeto da Comissão de Sistematização.

É importante informar que, antecedendo a votação da reforma, um decreto de setembro de 1987 alterava a sistemática de votação. Ele estabelecia que a reforma dos Estatutos ocorreria em “votação secreta” e que o quórum, nos dois anos seguintes, seria reduzido para “maioria absoluta”, o que então equivalia a 44 votos, ao invés dos dois terços da totalidade dos membros do Co.

Convém lembrar também que as bancadas docente e discente (à época, não havia representação dos funcionários), juntamente com mais alguns conselheiros, pleiteavam que a “votação secreta” fosse substituída pelo “voto aberto e nominal”. Essas bancadas entendiam que essa mudança seria coerente com a construção de uma sociedade democrática e que a Universidade de São Paulo teria que ser

exemplar naquele momento vivido pelo país, recém saído dos anos de chumbo da Ditadura Militar que impedira, em 1969, a aprovação de um Estatuto democrático, que incorporara várias propostas vindas do projeto de Estatuto elaborado pela Comissão Paritária de 1968.

A alteração estatutária para o voto aberto e nominal possibilitaria, no entender das bancadas discente e docente, a negociação no plenário do Co entre os anteprojetos emanados da Comissão de Sistematização e do III Congresso da USP. Ou seja, possibilitaria que fossem postas em debate as diferentes concepções de Universidade, presentes no Co, que embasariam inclusive as diferentes proposições de carreira docente.

### **Voto secreto**

Atendendo a compromisso que havia assumido numa visita ao Conselho de representantes da Adusp, em 8/3, o reitor José Goldemberg se comprometeu a colocar como questão de ordem essa alteração estatutária. Depois de várias horas de discussão acalorada, a matéria foi colocada em votação: 53 conselheiros pronunciaram-se favoravelmente ao “voto secreto”, contra 31 favoráveis ao “voto aberto e nominal”. Essa discussão ainda é atual: é razoável, por exemplo, que propostas de reforma do Estatuto da universidade sejam decididas em votação secreta?

Embora o quórum mínimo tenha sido reduzido para maioria absoluta, vale lembrar que alguns cuidados foram adotados no que tange aos procedimentos de votação; cuidados esses que estiveram ausentes da votação da reforma da carreira ocorrida em março deste ano. Eis um fato extraído da Ata daquela Sessão Extraordinária do Co (p. 64) quando da votação da carreira docente em 1988:

“A seguir, passa-se à discussão do *Título VII (fls. 148 a 168 – Da Atividade Docente. Contém os Artigos nºs 75 a 87)*. Lembra o Reitor que o Título encerra uma matéria complexa e importante que vai exigir discussão e votação muito claras. Diz que o *know-how* adquirido até esta altura dos trabalhos será aplicado a fim de que o desenvolvimento da discussão e votação conduzam a resultados que não deixem qualquer margem de dúvida, mas se ainda assim estas advierem, será adotado o procedimento até aqui aplicado. Apenas votações que sejam meridianamente claras não serão repetidas.”

Ou seja, se esse procedimento houvesse sido adotado, a votação de 4/3/2009 levaria automaticamente a uma recontagem, pois o resultado foi exatamente o quó-

rum mínimo necessário para aprovação da reforma. Infelizmente, a lógica não prevaleceu.

Havia então uma forte tendência de encurtar e simplificar a carreira docente existente. Uma proposta consistia simplesmente na fusão das categorias Professor Livre-Docente e Professor Adjunto, substituídas pela categoria Professor Associado, que representou uma das poucas coincidências entre a Comissão de Sistematização e o III Congresso.

A proposta de carreira docente do III Congresso da USP propunha, ainda, a criação do título de Professor Pleno, que seria outorgado por meio de concurso específico com exigências equivalentes às do concurso para o cargo de Professor Titular. Poderiam se inscrever nesse concurso especialistas portadores de titulação equivalente à de Professor Associado da USP. Os docentes da USP portadores do título de Professor Pleno seriam promovidos à função de Professor Titular.

### **Polêmica**

A discussão mais polêmica referia-se à categoria de início da carreira docente, quando diferentes concepções de Universidade eram confrontadas. Nesse tema a Comissão de Sistematização colocava o início da carreira docente no Professor Assistente Doutor, enquanto a emenda do III Congresso estabelecia o Professor Assistente, portador do título de Mestre, no início dessa carreira.

Nas discussões ocorridas na Comissão de Carreira e Regime de Trabalho o representante dos MS-2 argumentava que a USP deveria manter na carreira docente o Professor Assistente com mestrado, ou até mesmo o Auxiliar de Ensino com a graduação, porque desse modo estaria formando seu quadro docente, incorporando nessa formação a ação integrada de ensino, pesquisa e extensão, cuja indissociabilidade estava por ser incluída num dos artigos da Constituição Federal que estava ainda sendo construída. Outra argumentação utilizada pelo representante dos professores assistentes referia-se ao debate crítico em torno da produção do saber propiciado pela manutenção na carreira daqueles que estão nos estágios iniciais de sua formação. E isso acontecia porque esses jovens docentes trariam o arrojado entusiasmo, da dúvida e da criatividade nesse processo de debate inteligente com o mundo. Oriundo das Exatas, o representante dos mestres utilizou até a epistemologia de Thomas Kuhn para argumentar que os jovens docentes são mais abertos às críticas aos paradigmas dominantes de qualquer área do co-

nhecimento, estimulando assim o pensamento crítico no interior da universidade.

Já no plenário do Co, as discussões sobre a carreira docente opuseram diferentes concepções de universidade. Para exemplificar essa discussão, cabe reproduzir aqui a manifestação do professor Franklin Leopoldo e Silva, que à época era representante dos professores assistentes doutores:

“Eu queria me ater mais à questão do grau inicial na carreira. Temos ouvido muitos argumentos no sentido de que o Mestre não possui, ainda, a necessária experiência e maturidade para o início da carreira e que, portanto, seria prematuro o início da carreira, com a consequente estabilidade trabalhista, no grau de Mestre. Ora, quero defender, aqui, o início da carreira no grau de Professor Assistente, no grau de Mestre, rebatendo, em primeiro lugar, essa idéia de que a Universidade necessita contratar profissionais que já tenham uma experiência comprovada; acho que a Universidade é um local de formação permanente, e a aquisição da experiência se faz ao longo de toda a carreira de professor, e é alguma coisa que perpassa por toda a sua vida e não apenas por um período experimental. Entendo que a questão da comprovação da experiência e da contratação de um profissional que já domina certas rotinas de trabalho é própria de uma empresa convencional, mas não cabe dentro do espírito que deve nortear a formação universitária. Entendo, então, que a formação e a aquisição progressiva da experiência é concomitante a todo o desenvolvimento da carreira docente. Tendo isso em vista, não vejo por que, depois que o mestre já se submeteu ao estágio probatório correspondente às suas atividades de Auxiliar de Ensino, concomitantemente à feitura do mestrado, ele deva, ainda, prosseguir nesse caráter probatório, uma vez que as condições básicas da sua vocação para pesquisador já podem ser avaliadas nesse primeiro estágio probatório. É evidente que, certos rumos que muitas áreas da Pós-Graduação têm tomado, atualmente, infirmam essa perspectiva, na medida em que o mestrado vem sendo progressivamente desvalorizado e colocado como uma etapa supérflua, dentro da formação do docente. Quero deixar bem claro que essa perspectiva, do início da carreira no grau de Mestre, supõe uma valorização do mestrado e, de forma alguma, a consideração de que o mestrado é uma etapa supérflua. Pelo contrário, supõe a consideração de que o mestrado é um treinamento do pesquisador, indispensável para a sua formação. Acredito que no estágio probatório de Auxiliar de Ensino e na defesa de um mestrado sério, qualquer professor poderia contar e deveria contar com todas as garantias de um pes-

quisador estável na Universidade, porque ele já deu provas de que pode corresponder a essa expectativa. Creio que seria uma involução no espírito universitário adotar, aqui, a bem de uma certa ideologia progressista, que, por sinal, é estranha às raízes desta Universidade, o início da carreira em Doutor. A nossa tradição de formação do profissional, de formação do docente, vai mais na direção de que o jovem pesquisador, ou o Professor Assistente, consiga galgar os demais degraus da carreira, já contando com as garantias para as quais ele deu provas no seu primeiro estágio probatório.” (Atas citadas, p. 66.)

Depois de uma prolongada polêmica no Co, passou-se à votação desse tema. Dados os debates que estamos testemunhando em torno da carreira no Co e do procedimento de votação neste ano, talvez seja ilustrativo reproduzir mais um trecho daquela ata (p. 78):

“Sugere o Conselheiro Colli que se volte à idéia de ter o Associado 1 e o Associado 2. Continuando, diz o reitor ao Conselheiro que essa proposta não consta do projeto não estando, portanto, em discussão. *Em votação: Carreira Docente iniciando-se ao nível MS-1: Sim-10 (dez) votos; Não-66 (sessenta e seis) votos; Abstenção-1 (um); Total-77 (setenta e sete) votos. Não aprovada. Carreira Docente iniciando-se ao nível MS-2: sim-22 (vinte e dois) votos; Não-55 (cinquenta e cinco) votos; Abstenção-0 (zero); Total-77 (setenta e sete). Não aprovada. Carreira Docente iniciando-se ao nível MS-3: Sim-58 (cinquenta e oito) votos; Não-16 (dezesesseis) votos; Abstenção-2 (dois); Total-76 (setenta e seis). Aprovada.*”

Como curiosidade, devemos observar que nada foi votado em bloco na reforma de 1988, ao contrário do que ocorreu na votação de março deste ano, quando se introduziram os níveis horizontais! É notem que naquela votação a introdução dos níveis sequer foi votada no plenário do Co.

Para finalizar essas breves reminiscências, cabe mencionar que esse debate em torno de antecipar o início da carreira para o nível de mestrado deve ser contemplado hoje com muita atenção. Nestes dias, quando a USP apresenta uma média de idade de seus docentes em torno dos 55 anos, é mais atual estudar de que forma viabilizar formalmente a possibilidade de ingresso na carreira docente de mestres e, eventualmente, graduados. A formação do quadro docente jovem, integrando de forma séria e competente ensino, pesquisa e extensão, tem tudo para promover a verdadeira autonomia universitária que privilegia a liberdade plena na produção do saber.

# OPINIÕES QUE VALE A PENA CONHECER

Publicamos a seguir as considerações de dez professores da USP (doutores, associados e titulares) sobre o que esperam da carreira docente, o tipo de reforma que defendem e o que vêm de certo ou errado nas mudanças que o Conselho Universitário aprovou na sessão de 4/3/2009. Todos responderam às seguintes perguntas:

**1** É necessária uma reforma na carreira? Por quê?

**2** Como analisa as mudanças introduzidas na carreira pelo Conselho Universitário? Elas podem ou não contribuir para melhorar a Universidade?

Marinilce Fagundes dos Santos, professora doutora (ICB)

## **“A REFORMA TEM ASPECTOS POSITIVOS; SE FOR ESTRATÉGIA PARA LENTIFICAR O ACESSO AO CARGO DE TITULAR, É RUIM”**

**1** Sim, sou a favor de uma carreira aberta, na qual todos os docentes que possuem mérito acadêmico-científico alcancem o grau máximo. Me parece injusto que profissionais com mérito não alcancem esta etapa por falta de cargos e, pior ainda, que em alguns locais o mérito não seja o critério de escolha para os ocupantes de cargos de titular.

**2** A proposta tem aspectos positivos, como por exemplo a abertura para exercício de chefias e presidência de colegiados por docentes não titulares. Hoje estas funções só podem ser exercidas por não titulares se os titulares abrirem mão de seu direito às mesmas. Muitas vezes os docentes com maior iniciativa e disposição para mudanças ainda não são titulares.

Os aspectos negativos ficam por conta da falta de informações sobre como se passa de um nível a outro e de qual é o salário para os diferentes níveis. Se se tratar apenas de uma estratégia para criar mais níveis e dificultar (ou lentificar) o acesso aos cargos de titular, então é bem ruim.

Franklin Leopoldo, professor titular (FFLCH)



**“A PROGRESSÃO HORIZONTAL  
INCREMENTARÁ O PRODUTIVISMO.  
OS CRITÉRIOS SÃO CONFUSOS E  
DESMERECEM O PROFESSOR”**

**1** A reforma que se faz necessária na carreira docente deve ser pensada em relação à reforma que precisa ser feita na estrutura da universidade, principalmente em relação ao ensino. A regulamentação da carreira universitária não escapou do vício que ela possuía antes da reforma de 1970: o viés do poder, isto é, o escalonamento das funções e cargos continuou a ser pensado a partir do critério de poder que cada posição confere ao docente. Essa estrutura piramidal e hierárquica atende à organização de um poder centralizador, mas deixa de lado inúmeros aspectos que concernem ao papel formador da universidade. Uma reforma da carreira que fosse pensada a partir das necessidades de ensino, isto é, a partir das necessidades do aluno e não das conveniências do poder, deveria priorizar o atendimento das necessidades de formação, observando, por exemplo, a relação professor/aluno, principalmente nas unidades em que a quantidade de alunos é maior. Os graus na carreira e as formas de ascensão teriam de ser pensados para uma universidade, cujo sentido provém do aluno e não dos interesses de professores que fazem do aluno e do ensino meros pretextos para atingir outros objetivos, entre os quais a pesquisa concebida como política (o que é bem diferente de uma política de pesquisa). Enquanto as reformas na carreira não forem pensadas em relação ao sistema como um todo, não passarão de maquiagens para disfarçar ou reforçar a estrutura de poder, numa submissão cega a parâmetros que a Universidade deveria criticar.

**2** As modificações introduzidas, no meu entender, não contribuem para melhorar coisa alguma. A progressão horizontal é uma estratégia que servirá para incrementar o produtivismo, por via da colocação de graus intermediários, etapas

que devem ser cumpridas num prazo mais curto e através de uma produtividade mais apressada. Os critérios, tais como foram divulgados, são confusos e aqueles que possuem uma certa nitidez apenas acentuam as tendências produtivistas atuais. O mais grave é que tendem a desmerecer a figura do professor: aquele que pauta sua atividade, inclusive de pesquisa, pelo aluno, pela formação e não pela sua ascensão acadêmica baseada numa perspectiva de competição que é pensada dentro do mais exacerbado individualismo, com o propósito de desagregar o aspecto comunitário da universidade. Deve-se levar em conta, também, que as discussões realizadas pelo Co permanecem encerradas na visão estreita e formal própria da casta dirigente, e não se pode esperar de procedimentos desse tipo qualquer medida que contemple a pluralidade universitária. Tudo isso revela uma concepção tecnoburocrática da universidade que vem esvaziando o sentido político da instituição e diluindo sua densidade acadêmica.

Flávio Finardi, professor associado (FCF)



**“A CARREIRA CONTINUARÁ FECHADA; O CARGO DE TITULAR PERMANECE ÚNICO A DAR ACESSO A POSIÇÕES DE MANDO”**

**I** Eu acredito que no momento não seria necessária uma reforma. Existem os passos normais da carreira, os degraus que foram estabelecidos na reforma do Estatuto em 1988, que extinguiu os níveis de MS-1, MS-2 e MS-4, então isso reduziu o número de degraus.

Cada degrau ficou mais alto; para começar no primeiro nível, havia a necessidade de ser doutor. Se isso foi uma coisa boa que aconteceu, porque trouxe pessoas mais preparadas tecnicamente, trouxe também um problema, com pesquisadores afastados das habilidades de ensino. Também acabou acontecendo a priorização da formação do aluno de pós-graduação dentro dos programas, antes de ele assumir qualquer posição de ensino; os prazos de teses foram reduzidos, as cobranças ficaram maiores, as publicações tornaram-se imperativas e o ensino, sobretudo o de graduação, tornou-se secundário na carreira.

Depois, outro nível que foi retirado foi o de professor adjunto, o que deixou implícito que, com o tempo, ia se criar um grande número de professores associados (livre-docentes) almejando o cargo de titular. Assim, essa nova reforma foi criada como um “cala-boca”, com novos níveis salariais, para conter as demandas de progressão e estabelecer patamares de tempo para os concursos de livre-docência e de professor titular. Eu não acho que seja uma forma correta. Poderia existir qualquer tipo de reforma — talvez essa seja a pior solução possível. Se isso fosse feito com tempo, com discussão ampla em todas as unidades, com sugestões que viessem de todos os segmentos, não apenas de um grupo de professores que joga uma proposta em cima da mesa que, de repente, precisa ser aprovada a toque de caixa. Foi isso que aconteceu em todas as congregações — e depois a pressão da máquina burocrática conseguiu sua aprovação numa sessão tumultuada do Co.

**2** Elas poderiam contribuir, contanto que viessem realmente dessa base. Se elas fossem um consenso, acredito que seria um ponto positivo. A carreira continuará fechada; o cargo de professor titular permanece como o único a dar acesso a posições de mando na estrutura universitária, e a demanda é muito maior do que as novas vagas que saem a conta-gotas de uma comissão central. Além disso, na nova estrutura, a progressão na carreira para os níveis 2, para doutor, e 2 e 3, para associado, vai depender de outra comissão centralizada, com número restrito de professores, com avaliações feitas a portas fechadas, bem diferente dos concursos públicos, dentro de cada unidade com uma banca de especialistas. Se já é difícil fazer a avaliação aprofundada de um professor em concurso, pois cada um tem uma formação específica, pode-se imaginar o que acontecerá com o sistema centralizado tendo 12 representantes para cobrir a totalidade de áreas de conhecimento. Portanto, no meu entender esse sistema já nasceu falho.

Nílson José Machado, professor titular (FEUSP)



**“A REFORMA PODE, EM PRINCÍPIO, CONTRIBUIR PARA DIMINUIR OS EFEITOS DO REPRESAMENTO DE DOCENTES”**

**1** Na carreira docente, existem dois “represamentos” de docentes em etapas intermediárias: um deles, na função de professor doutor, que acaba sendo o grau inicial da carreira em uma universidade como a USP; o outro, na função de professor associado. Enquanto a superação do primeiro represamento mencionado depende apenas da iniciativa do professor, a do segundo já não depende mais dele, tornando-se dependente de variáveis políticas muito mais do que de variáveis acadêmicas. A necessidade de uma reforma está relacionada à superação desses dois pontos de estrangulamento.

**2** Ao criar a progressão horizontal no interior das duas posições de estrangulamento, a reforma proposta pode, em princípio, contribuir para diminuir os efeitos do problema apontado. Tudo depende, no entanto, do modo como será implementada. Se a proposta de progressão horizontal tornar o professor dependente de um processo centralizado de avaliação, com peso decisivo das instâncias da Reitoria, a carreira docente deve burocratizar-se ainda mais e não acredito que deva melhorar.

Em nosso departamento (EDM/FEUSP), a posição defendida caracterizou-se por duas condições consideradas fundamentais para o bom funcionamento de uma proposta de mudança. Em primeiro lugar, deveria ser garantido ao doutor, independentemente do nível em que se encontra, inscrever-se em concurso de livre-docência; também os professores associados, em qualquer dos níveis intermediários, deveriam poder inscrever-se em concurso para professor titular. Em segundo lugar, a avaliação do docente para a progressão horizontal deveria ser realizada com peso decisivo da unidade do docente, especialmente do departamento a que ele pertence; somente assim sua competência técnica poderia ser considerada de modo ponderado juntamente com seu efetivo envolvimento institucional.

**Benedito Honório Machado, professor titular (FMRP)**

**“A REFORMA APROVADA É  
COSMÉTICA, NÃO ALTERA O  
QUADRO CENTRALIZADOR  
E NÃO CONTRIBUI PARA  
APERFEIÇOAR A USP”**



**1** Sim, a carreira docente na USP precisa mais do que de uma simples reforma. Na verdade, ela precisa ser reestruturada e modernizada, pois não é mais aceitável que uma das mais ativas universidades latino-americanas tenha apenas 20% dos seus docentes como professores titulares. Pela produção acadêmica da USP e pela maturidade do seu corpo docente, deveríamos ter pelo menos 70% dos nossos docentes como professores titulares. No entanto, isso não acontece por razões vinculadas à estrutura de poder da universidade, a qual é extremamente centralizadora, e também pelos entraves administrativos no âmbito estadual para se criar o número de cargos de professores titulares correspondentes à demanda reprimida no ambiente USP. Esses dois fatores limitantes, tanto no ambiente interno da universidade (estrutura de poder) quanto externo (criação de novos cargos), poderão apenas ser superados com uma agressiva atuação política da comunidade universitária nas duas linhas de frente. No meu entendimento, qualquer outra alternativa, como aquela recentemente aprovada pela CO, é apenas alteração cosmética que efetivamente não altera o quadro centralizador do ponto de vista de política universitária e penalizador do ponto de vista acadêmico, uma vez que a grande maioria dos docentes da universidade jamais chegará ao topo da carreira docente em vigência na USP.

**2** As mudanças propostas pelo Co são superficiais e não mudam em nada a estrutura política e acadêmica da universidade, a qual continuará centralizadora do ponto de vista de política universitária e afuniladora do ponto de vista do

mérito acadêmico. Obviamente essas mudanças cosméticas não contribuirão em nada para o aperfeiçoamento da nossa instituição e as relações de poder político e acadêmico no âmbito da nossa universidade correm sérios riscos de se deteriorarem rapidamente, se nenhuma mudança estrutural profunda for concebida no curto prazo. Na verdade, o conjunto das relações dentro da universidade precisa ser repensado coletivamente e não apenas pela ótica restritiva da atual estrutura de poder, que define o perfil do Conselho Universitário.

Valéria de Marco, professora titular (FFLCH)



**“QUE NINGUÉM SE ENGANE:  
A PROGRESSÃO HORIZONTAL  
INSTALARÁ MAIS DEGRAUS  
NA NOSSA ESTRUTURA  
RIGIDAMENTE HIERÁQUICA”**

**1** Defendo que, depois de vinte anos deste Estatuto e desta carreira, a Universidade deveria retomar uma proposta amplamente apoiada, mas não vencedora, naquela época. São duas as mudanças: 1) a carreira iniciaria com os mestres, pois a universidade garantiria poder formar docentes de modo autônomo, podendo, portanto, pautar a formação de docentes e pesquisadores em áreas que sejam relevantes para a instituição; 2) abertura da carreira, vale dizer: o grau de professor titular deixaria de ser cargo e passaria a ser função, como é atualmente a livre-docência. Gostaria de registrar que entendo ser necessário desvincular a carreira da estrutura de poder.

**2** Desde o primeiro momento, manifestei-me contrariamente às mudanças propostas. Elas estabelecem, sem explicitar nos textos apresentados, uma relação entre carreira, reajuste salarial e estrutura de poder que, no meu entender, aposta na mesma direção dos ventos de hoje: estimula produtivismo e competição. Ora, conhecimento não é exatamente um produto, nem a carreira é composta por eventos performáticos. Carreira é diálogo com os mais e os menos experientes, é processo, é reflexão. E que ninguém se engane: se ela vingar, não será como as progressões das universidades federais, nem as que vierem a ser implantadas na Unesp e na Unicamp; na USP, a progressão horizontal instalará mais degraus na nossa estrutura tão rigidamente hierárquica.

Katia Rubio, professora associada (EEFE)



**“APROVAR A MUDANÇA SEM TER CLAREZA DE TODO O PROCESSO É COMO ASSINAR UM CHEQUE EM BRANCO. É UM RISCO SÉRIO”**

**1** Entendo que qualquer reforma deva acontecer pautada em uma demanda. Quando a reforma da carreira surgiu em algumas discussões, eu imaginava que isso pudesse amadurecer dentro das instâncias, começando pelos departamentos, depois nas unidades antes que pudesse alcançar as demais esferas da Universidade. Acredito que as mudanças são importantes e necessárias, desde que sejam de fato construídas por todas as partes interessadas.

**2** A reforma na carreira altera os rumos da vida dos professores, pessoalmente, e das unidades onde eles estão inseridos. Então, para que ela ocorresse, entendo que o processo de discussão deveria ser de fato amadurecido. É preciso que fique claro como será esse processo, que instâncias estarão envolvidas nele, como serão constituídos os comitês avaliadores. Aprovar a mudança sem ter clareza de todo o processo é como assinar um cheque em branco. É um risco sério que corremos.

Daniel Puglia, professor doutor (FFLCH)



**“AS MUDANÇAS PROPOSTAS NÃO TÊM JUSTIFICATIVA ACADÊMICA E ABREM CAMINHO A ARBITRARIEDADES”**

**1** Sim, mas a reforma necessária é aquela já discutida e formulada pelo conjunto dos professores em fóruns democráticos desta Universidade, que contemple fundamentalmente os seguintes tópicos: a) transformação do cargo de professor titular em função; b) abertura da carreira docente no nível auxiliar de ensino, por concurso público; c) manutenção da ascensão da carreira por meio de bancas públicas, composta por pares.

**2** As mudanças propostas pelo Co não têm justificativa acadêmica e abrem caminho para arbitrariedades, porque determinam avaliações centralizadas em comissões constituídas de modo pouco transparente: burocratizam a passagem entre funções e cargos, porque dobram o número de etapas para se chegar ao topo da carreira; e supõem uma sobrecarga de trabalho em função da emissão de pareceres a cargo do corpo docente. Além disso, não há clareza se, no futuro, haverá recursos financeiros para contemplar todas as possíveis solicitações de promoção. O intervalo de cinco anos, recomendado entre uma etapa e outra, muito provavelmente será o tempo mínimo exigido entre elas na prática, o que parece implicar o período de 25 anos para se chegar à titularidade. Vale ressaltar que esse processo acaba por manter o professor em uma condição de “tutela intelectual”.

Um dos falaciosos argumentos para a atual reforma da carreira é a desqualificação do julgamento por bancas de pares por, supostamente, serem parciais e por tenderem à aprovação universal. Tal argumento desqualifica conseqüentemente o critério privilegiado no ingresso da carreira, na obtenção dos títulos de mestre e doutor e na passagem para livre-docente e para titular, eleito historicamente porque garante a transparência e a lisura do processo.

Otaviano Helene, professor associado (IF)

**“OS CUSTOS PARA A INSTITUIÇÃO  
E DESGASTE ADICIONAL DOS  
DOCENTES NÃO JUSTIFICARIAM  
A SUBDIVISÃO DOS DEGRAUS”**



**I** Uma carreira acadêmica deve ser baseada em títulos e atividades acadêmicas. Atualmente, a USP contrata docentes em cinco degraus diferentes, três deles correspondentes a cargos públicos e dois não. A cada um desses degraus corresponde um título acadêmico bem definido e existente em praticamente todos os países do mundo, não parecendo haver necessidade de alteração. Quanto às atividades e responsabilidades de cada um dos níveis (orientar iniciação científica, mestrado ou doutorado, participar de bancas de teses e concursos ou ser responsável por disciplinas de graduação e pós-graduação etc), parece também não haver problemas. Assim, quanto aos degraus, não parece haver nenhuma razão para alteração.

As diferenças salariais entre um degrau e outro, com exceção daquela entre o mestre e o doutor, é suficientemente grande para ser um incentivo, sem ser exageradamente grande a ponto de mudar significativamente a qualidade de vida. Portanto, embora haja uma questão salarial que afeta a todos os docentes, não acredito que haja um problema salarial relacionado à carreira.

Assim, não parece haver necessidade de outros degraus na carreira. Quanto à criação de níveis intermediários entre os degraus, não consigo perceber que problema isso resolveria, nem sequer encontrei alguém que apontasse um problema que desapareceria ou seria reduzido com esses níveis intermediários.

Quanto a um possível incentivo para progressão na carreira, qualquer pessoa que preencha os critérios necessários para atingir um interstício entre os degraus em pouco tempo mais poderia atingir o degrau seguinte. Assim, os custos para a instituição e os desgastes adicionais para os docentes não justificariam a subdivisão dos degraus. Talvez haja exceções, mas, tanto do lado daqueles que poderiam

ser prejudicados como favorecidos por eventuais desdobramentos na carreira, o efeito final se cancelaria. Além disso, devemos lembrar que uma carreira não existe para beneficiar ou prejudicar pessoas, mas, sim, para otimizar o funcionamento da instituição.

**2** A meu ver, os problemas fundamentais da universidade pública brasileira estão na sua pequenez frente às necessidades e demandas da população e, também, à quantidade de pessoas tituladas e preparadas que não encontram posições nas quais possam contribuir plenamente com o desenvolvimento nacional. É muito difícil localizar um problema acadêmico específico da USP que possa ser plenamente resolvido internamente e que não esteja relacionado a uma crise maior. Talvez estudar alguns problemas que afetam a USP possa nos ajudar a entender o panorama maior e influir sobre ele.

Kimi Tomisaki, professora doutora (FE)



**“NÃO HOUE TEMPO HÁBIL  
PARA QUE OS DOCENTES  
TOMASSEM CONHECIMENTO E  
DISCUTISSEM A PROPOSTA  
ANTES DA VOTAÇÃO”**

**I** Na minha opinião, uma reforma na carreira toca duas questões importantes: de um lado, a progressão salarial; de outro lado, o acesso a determinados “espaços institucionais”, que ficam reservados, no caso da USP, aos professores titulares.

Uma reforma pode atingir essas questões sem necessariamente resolvê-las, assim como poderíamos resolvê-las sem uma reforma na carreira.

A angústia que os docentes, sobretudo os jovens docentes, sentem em relação aos salários têm origem no rebaixamento histórico dos salários dos professores das três universidades estaduais paulistas. Não creio que haja um desejo por progredir horizontalmente na carreira por motivos acadêmicos, creio que haja sim uma grande necessidade de melhorar o salário inicial, que está muitíssimo baixo. Assim, se a proposta de progressão na carreira pode parecer simpática para uma parte dos jovens docentes, isso está relacionado diretamente aos baixos salários e à deterioração das condições de trabalho.

Em relação à estrutura do poder na universidade, ou seja, às possibilidades de um docente alcançar determinados espaços institucionais, não creio que o fato de um professor associado ter o direito de assumir determinados cargos, antes reservados somente aos titulares, garantirá uma grande diferença. Muito mais racional seria garantirmos processos de consulta direta para todos os cargos da Universidade, para os quais qualquer docente pudesse concorrer e ser eleito.

**2** Não sou contrária, por princípio, a fazermos uma discussão sobre uma possível reforma na carreira docente da Universidade. Minha crítica em relação à proposta votada no Co diz respeito, inicialmente, à maneira apressada e pouco dialogada como ela foi conduzida. Não houve tempo hábil para que os docentes pudessem tomar conhecimento da proposta e discuti-la com seus pares antes da votação do Co. O mesmo está se repetindo em relação aos critérios e procedimentos da progressão na carreira.

Não creio que a proposta como está possa melhorar a Universidade. Poderá melhorar os salários de alguns professores, mas talvez tenhamos um preço muito alto a pagar por conta disso: aumentar a competição entre os docentes e diminuir a capacidade destes de se perceberem como um coletivo, que precisa encontrar soluções para seus problemas também coletivamente.